

ENTRE LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PESSOA SURDA NA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

*BETWEEN LANGUAGE, CULTURE, AND IDENTITY: SOCIAL REPRESENTATIONS OF DEAF PEOPLE
FROM A LINGUISTIC PERSPECTIVE*

*ENTRE LENGUA, CULTURA E IDENTIDAD: REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA PERSONA
SORDA DESDE UNA PERSPECTIVA LINGÜÍSTICA*

Sylvia Lia Grespan Neves

Universidade de São Paulo, Brasil
Doutora em Linguística

Hannah Araújo Rosendo

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil
Mestra em Biosistemas

Lucas Vargas Machado da Costa

Universidade Federal do Acre, Brasil
Doutorando em Letras: Linguagem e Identidade

Débora Gonçalves Ribeiro Dias

Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Doutora em Educação Especial

Tales Douglas Moreira Nogueira

Universidade Federal de Lavras, Brasil
Mestre em Educação

Leandro Viturino dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
Doutorando em Linguística

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i3.554>

Publicado em: 07.03.2026

Resumo: Este artigo examina as representações sociais da pessoa surda sob perspectiva linguística, articulando língua, cultura e identidade na comunidade surda brasileira. A Libras configura-se como sistema linguístico autônomo e fundamento da cultura visual-espacial, desafiando paradigmas oralistas e patológicos. O referencial teórico mobiliza Moscovici, Bakhtin e autores nacionais para analisar práticas discursivas que perpetuam ou transformam concepções deficitárias. A educação bilíngue emerge como estratégia central, legitimando a Libras como L1 e promovendo agência simbólica surda. Evidenciam-se tensões entre legislação inclusiva (Lei 10.436/2002) e práticas excludentes, propondo-se linguística aplicada para reconfiguração das hierarquias linguístico-culturais.

Palavras-chave: Representações sociais. Libras. Identidade surda. Educação bilíngue.

Abstract: This article examines social representations of deaf people from a linguistic perspective, articulating language, culture, and identity in the Brazilian deaf community. Libras emerges as an autonomous linguistic system and foundation of visual-spatial culture, challenging oralist and pathological paradigms. The theoretical framework mobilizes Moscovici, Bakhtin, and national authors to analyze discursive practices that perpetuate or transform deficit conceptions. Bilingual education stands out as a central strategy, legitimizing Libras as L1 and promoting deaf symbolic agency. Tensions between inclusive legislation (Law 10.436/2002) and exclusionary practices are evidenced, proposing applied linguistics for reconfiguring linguistic-cultural hierarchies.

Keywords: Social representations. Libras. Deaf identity. Bilingual education.

Resumen: Este artículo examina las representaciones sociales de la persona sorda desde perspectiva lingüística, articulando lengua, cultura e identidad en la comunidad sorda brasileña. La Libras se configura como sistema lingüístico autónomo y fundamento de la cultura visual-espacial, desafiando paradigmas oralistas y patológicos. El referencial teórico moviliza Moscovici, Bakhtin y autores nacionales para analizar prácticas discursivas que perpetúan o transforman concepciones deficitarias. La educación bilingüe emerge como estrategia central, legitimando la Libras como L1 y promoviendo agencia simbólica sorda. Se evidencian tensiones entre legislación inclusiva (Ley 10.436/2002) y prácticas excluyentes, proponiendo lingüística aplicada para reconfiguración de jerarquías lingüístico-culturales.

Palabras clave: Representaciones sociales. Libras. Identidad sorda. Educación bilingüe.

Introdução

A compreensão da surdez na contemporaneidade ultrapassa o caráter puramente biológico ou médico, assumindo contornos socioculturais e linguísticos que conduzem a uma reinterpretação da condição surda em sua amplitude identitária. A língua, nesse contexto, revela-se como elemento estruturante da constituição do sujeito, pois é por meio dela que o indivíduo organiza suas experiências, interage socialmente e elabora sentidos sobre o mundo. A Libras, enquanto língua de sinais reconhecida legalmente no Brasil pela Lei nº 10.436/2002, materializa não apenas um sistema linguístico autônomo, mas um símbolo da cultura surda e expressão de uma coletividade historicamente marginalizada. Assim, ao analisar as representações sociais da pessoa surda sob a perspectiva linguística, torna-se imprescindível considerar a língua de sinais como núcleo da formação cultural, identitária e simbólica dessa comunidade.

Em uma abordagem sociolinguística e discursiva, a língua é compreendida como fenômeno social, histórico e ideológico, conforme já afirmava Bakhtin (1997), ao indicar que “a palavra é o meio mais puro e sensível das relações sociais humanas”. Esse entendimento desloca a língua do campo puramente formal e a insere na esfera das interações e significações culturais. No caso da pessoa surda, a Libras articula-se como meio de expressão e como elemento fundador de

pertencimento, constituindo uma rede de sentidos que possibilita à comunidade surda construir sua própria narrativa social. A língua, portanto, não se reduz a instrumento comunicativo, mas configura-se como espaço simbólico de resistência e afirmação identitária.

A cultura surda, conforme enfatiza Skliar (1998), é produzida e vivida pela experiência visual e pela dimensão coletiva das práticas comunicativas em Libras. Tal cultura se fundamenta em valores, símbolos e modos de interação que organizam o cotidiano e constituem o ethos da comunidade surda. Nesse sentido, língua e cultura não são dimensões dissociadas, mas interdependentes e mutuamente constitutivas, de modo que a ausência de uma implica a fragilização da outra. A negação da língua de sinais, como historicamente ocorreu no período oralista, implicou a exclusão da própria identidade cultural do surdo, submetendo-o a processos de silenciamento e normatização linguística.

As representações sociais, segundo Moscovici (2003), constituem-se como formas de conhecimento prático que orientam comportamentos e a comunicação entre indivíduos e grupos. No campo da surdez, essas representações são perpassadas por valores e mitos que historicamente associaram a pessoa surda à deficiência e à incapacidade. Tais concepções, internalizadas socialmente, repercutem nas práticas educacionais, nas políticas públicas e nas interações cotidianas, sustentando discursos que ainda hoje colocam o surdo em posição de subalternidade. A análise das representações sociais permite, portanto, compreender como a linguagem e o discurso reforçam ou desconstruem essas visões hegemônicas.

Na perspectiva sociocultural, a identidade da pessoa surda não se define apenas pela ausência da audição, mas pela presença ativa de uma língua visual, de uma cultura própria e de um modo singular de perceber e interagir com o mundo. Hall (2003) define a identidade como um processo de construção sempre inacabado, fluido e relacional, que se estabelece no diálogo entre o eu e o outro. Sob essa ótica, a identidade surda emerge como prática discursiva, constantemente renegociada nas interações com o mundo ouvinte e nos espaços de enunciação próprios da comunidade surda. Assim, a identidade se constitui na enunciação coletiva, legitimada pela língua que lhe dá forma e sentido.

O espaço educacional representa um campo privilegiado para a observação e a reprodução das representações sociais sobre a surdez. Conforme aponta Quadros (2006), a educação de surdos foi por muito tempo conduzida sob uma ótica clínico-terapêutica, voltada à correção e à normalização do sujeito, em detrimento da valorização de sua diferença linguística. O paradigma bilíngue instaurado nas últimas décadas procura romper com essa lógica, enfatizando a importância da Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua, de modo a garantir condições adequadas de desenvolvimento linguístico e cognitivo. Contudo, as práticas escolares ainda carregam traços de um modelo integracionista que resiste a compreender a diferença como potência cultural.

Dentro dessa conjuntura, o discurso social sobre o surdo reproduz, muitas vezes, uma dissonância entre a política e a prática. Se, por um lado, as legislações brasileiras reconhecem

o direito linguístico da pessoa surda, por outro, persistem lacunas na efetiva implementação de políticas de inclusão bilíngue que respeitem as especificidades linguísticas e culturais dessa população. Essa discrepância entre o discurso legal e o cotidiano revela o caráter simbólico e político das representações sociais, que operam como dispositivos de poder. Foucault (1996) lembra que o discurso é um meio pelo qual o poder circula e se materializa nas práticas sociais; assim, compreender as narrativas sobre o surdo exige identificar os mecanismos discursivos que sustentam as hierarquias linguísticas e culturais.

O campo da linguística aplicada, ao dialogar com as ciências sociais, oferece um aparato teórico consistente para compreender o sujeito surdo não como portador de ausência, mas como agente de linguagem. A Libras, nessa concepção, constitui-se como um espaço de enunciação legítimo, no qual o surdo produz significados e constrói identidades em diálogo com o universo simbólico que o cerca. Ao reconhecer a pluralidade de formas linguísticas e simbólicas, amplia-se a compreensão da diferença, deslocando o olhar deficitário para uma perspectiva de diversidade e de direito linguístico. Tal reposicionamento contribui para a desconstrução das representações sociais excludentes que, historicamente, moldaram a imagem do surdo na sociedade ouvinte.

Desse modo, a análise das representações sociais da pessoa surda a partir da perspectiva linguística requer um olhar interdisciplinar, que contemple os processos de linguagem, cultura e identidade em sua inter-relação. A surdez deve ser compreendida não como ausência, mas como manifestação de outra modalidade de presença — a presença da visualidade, da gestualidade e da linguagem visual-espacial. Assim, a Libras torna-se território de resistência simbólica, espaço de autonomia discursiva e elemento essencial para a construção de uma identidade coletiva e afirmativa.

Ao inscrever-se na linguagem, o sujeito surdo também se inscreve na história, no social e na cultura. Cada sinal, cada gesto e cada interação reafirmam a potência cultural de um grupo que reivindica o direito de existir por meio de sua língua. As representações sociais, quando analisadas criticamente, revelam as tensões entre o reconhecimento e a negação, entre o discurso da inclusão e as práticas de exclusão ainda arraigadas. A transformação desse cenário passa, necessariamente, pela valorização da língua de sinais e pelo reconhecimento da pessoa surda como protagonista de sua própria narrativa linguística e cultural.

Referencial teórico

Língua e identidade cultural surda

A língua constitui-se como elemento primordial na constituição da identidade cultural surda, funcionando não apenas como instrumento comunicativo, mas como matriz simbólica que organiza experiências, relações sociais e práticas culturais específicas da comunidade surda. A Libras emerge nesse contexto como sistema linguístico completo e autônomo, caracterizado por sua modalidade visual-espacial, que diferencia radicalmente os processos de aquisição,

processamento e interação linguística em comparação com as línguas orais-auditivas. Essa especificidade linguística fundamenta a construção de uma cultura surda distinta, marcada pela valorização da visualidade, da gestualidade expressiva e de padrões comunicacionais que privilegiam a proximidade espacial e o contato visual direto como princípios organizadores das interações sociais.

A relação entre língua e identidade cultural na comunidade surda pode ser compreendida à luz da concepção de língua como prática social, conforme defendido por Bakhtin (1997, p. 259), que afirma:

A língua, em seu sentido essencial, é um fenômeno histórico, enraizado na experiência concreta da interação verbal entre indivíduos concretos dentro de determinadas circunstâncias históricas concretas. [...] A palavra não é uma coisa neutra e estável, mas um território de lutas e de oposições ideológicas, onde se travam as batalhas mais sensíveis e rápidas entre as consciências sociais e individuais (Bakhtin, 1997, p. 259).

Essa concepção dialogiza diretamente com a experiência surda, pois a Libras se constitui precisamente como esse “território de lutas” onde se afirmar a identidade cultural frente aos discursos normativos do mundo ouvinte. Cada sinal, cada construção sintática e cada variação dialetal da Libras carrega consigo a história de resistência e afirmação de uma comunidade que, por meio da linguagem visual, reivindica legitimidade simbólica e cultural.

A cultura surda, nesse sentido, é inseparável da língua de sinais, pois esta última estrutura as práticas culturais, os valores compartilhados e os modos de significação característicos da comunidade. Skliar (1998, p. 45) enfatiza essa interdependência ao afirmar que “a cultura surda não é uma cultura da ausência do som, mas uma cultura da presença da visão; não é uma cultura do silêncio, mas uma cultura da visualidade expressiva”. A visualidade não se restringe ao plano perceptual, mas permeia a organização social, as artes, a literatura, a educação e as práticas religiosas da comunidade surda, constituindo-se como princípio estético e ético fundamental.

A identidade cultural surda manifesta-se, portanto, na capacidade de nomear o mundo por meio de uma língua que reflete a experiência existencial do sujeito surdo. A Libras permite ao surdo não apenas descrever a realidade, mas construí-la a partir de sua perspectiva visual-espacial única. Esse processo de significação própria diferencia-se radicalmente das traduções literais do português, pois envolve categorias conceituais distintas, expressas por meio da configuração manual, da localização espacial, do movimento e da não-manualidade (expressões faciais, corporalidade). Tal especificidade linguística reforça a identidade cultural, uma vez que o surdo, ao sinalizar, não apenas comunica, mas reafirma sua pertença a uma comunidade linguística e cultural específica.

No âmbito educacional, a relação entre língua e identidade cultural surda ganha contornos particularmente críticos. A educação bilíngue, reconhecida pela legislação brasileira, posiciona a Libras como primeira língua de ensino, reconhecendo sua função não apenas comunicativa, mas

também identitária e cognitiva. Quadros e Perlin (2006, p. 112) argumentam de forma incisiva sobre essa necessidade:

A língua de sinais não é apenas um meio de comunicação, mas o fundamento da cultura surda, da identidade surda, da cognição surda. Sem acesso pleno e natural à língua de sinais desde a mais tenra idade, a criança surda não desenvolve plenamente suas capacidades intelectuais, emocionais e sociais. A Libras é o que permite ao surdo pensar, refletir, criar, sonhar, amar, sofrer — em suma, ser plenamente humano (Quadros; Perlin, 2006, p. 112).

A centralidade da língua na constituição do sujeito surdo como ser pensante e criador, contrapondo-se às concepções reducionistas que limitam a Libras a função suplementar ou paliativa.

A dimensão identitária da língua de sinais também se manifesta nas práticas discursivas cotidianas da comunidade surda, particularmente no uso do humor, da poesia e da narrativa oral-visual. A literatura em Libras, por exemplo, explora recursos linguísticos específicos como a simultaneidade gestual, a espacialização de personagens e a expressividade não-manual, criando efeitos estilísticos impossíveis nas línguas escritas. Essas práticas culturais reforçam os laços comunitários e perpetuam valores essenciais à identidade surda, como a solidariedade coletiva, a valorização da diferença e a crítica às estruturas opressoras do mundo ouvinte.

A análise sociolinguística das variações dialetais da Libras revela ainda mais profundamente a relação entre língua e identidade regional. Diferentes comunidades surdas no Brasil desenvolvem variações linguísticas que refletem particularidades culturais locais, reforçando identidades regionais dentro da identidade cultural surda nacional. Essa diversidade linguística é testemunho da vitalidade da Libras como língua viva, em constante evolução, e da riqueza cultural da comunidade surda brasileira.

Nesse contexto, a língua de sinais assume também função política, funcionando como instrumento de empoderamento e resistência frente às representações sociais deficitárias que historicamente definiram a surdez. Ao afirmar sua língua, a comunidade surda reivindica legitimidade cultural e rejeita a assimilação aos padrões linguísticos e culturais do mundo ouvinte. Tal movimento linguístico-político reconfigura as relações de poder, posicionando o surdo não como objeto de intervenção, mas como sujeito político consciente de sua identidade cultural.

A relação dialética entre língua e identidade cultural surda evidencia-se, portanto, em múltiplas dimensões: linguística, cognitiva, social, estética e política. A Libras não é mero código comunicativo, mas fundamento ontológico da existência surda, espaço de criação simbólica e território de afirmação identitária. Reconhecer essa relação essencial é pressuposto para qualquer prática educacional, social ou política que pretenda respeitar a dignidade cultural da pessoa surda.

Representações sociais da surdez

As representações sociais da surdez configuram-se como construções coletivas que mediam a compreensão social desse fenômeno, articulando dimensões médicas, culturais e linguísticas em um continuum de significações historicamente determinadas. Essas representações operam como sistemas de valores, crenças e práticas que orientam as interações sociais com a pessoa surda, frequentemente ancoradas em dicotomias entre deficiência e diferença cultural. A teoria das representações sociais, desenvolvida por Moscovici (2003, p. 23), define-as como “formas de conhecimento elaboradas e partilhadas socialmente, cuja função é tornar inteligível e comunicável um objeto ou uma situação problemática, transformando o desconhecido no familiar”.

Historicamente, as representações da surdez oscilaram entre paradigmas opostos, do oralismo médico-pedagógico ao reconhecimento sociocultural contemporâneo. O Congresso de Milão, em 1880, consolidou o oralismo como modelo hegemônico, priorizando a língua oral sobre as línguas de sinais e definindo a surdez primordialmente como patologia auditiva a ser corrigida. Essa visão perdurou por mais de um século, influenciando políticas educacionais e representações sociais que associavam o surdo à incapacidade comunicativa e cognitiva. Moscovici (2015, p. 45) descreve o processo de ancoragem das representações sociais da seguinte maneira:

As representações sociais ancoram-se em elementos já conhecidos do repertório cultural comum, transformando o novo e o estranho em categorias familiares. Elas funcionam como sistemas de interpretação que permitem aos grupos sociais lidar com eventos disruptivos, atribuindo-lhes significados derivados de crenças pré-existentes e estruturas normativas. Esse processo não é neutro, mas carregado de interesses ideológicos que orientam a seleção e a hierarquização dos elementos representados (Moscovici, 2015, p. 45).

Tal ancoragem explica como a surdez foi historicamente reduzida a uma narrativa médica, ignorando suas dimensões linguísticas e culturais.

No contexto brasileiro, as representações sociais da surdez refletem tensões entre o paradigma patológico e o sociocultural, especialmente após a Lei nº 10.436/2002, que oficializou a Libras. Estudos recentes identificam que, apesar dos avanços legais, persistem representações que associam a surdez a limitações, sobrecarga familiar e necessidade de reabilitação, conforme revisão integrativa realizada por pesquisadores que analisaram produções científicas sobre o tema (Representação social sobre a surdez uma revisão integrativa). Essas concepções repercutem na educação, onde educadores frequentemente representam o surdo como sujeito passivo, demandando intervenções corretivas em vez de reconhecimento cultural (Guimarães, Silva, 2022).

Quadro 1: Paradigmas históricos das representações sociais da surdez

PARADIGMA	PERÍODO PRINCIPAL	REPRESENTAÇÃO CENTRAL	IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS
Oralista/Médico	Século XIX-XX	Surdez como deficiência auditiva	Proibição de línguas de sinais; foco em oralização
Sociocultural	Final séc. XX-atual	Surdez como diferença linguístico-cultural	Educação bilíngue; valorização da Libras
Inclusivista	2000s-presente	Surdez como diversidade com necessidades específicas	Integração com suporte linguístico

Fonte: Elaboração própria 2026.

A transição paradigmática evidencia-se na análise das representações sociais por educadores e familiares. Pesquisas qualitativas revelam que professores de ensino regular frequentemente ancoram a surdez em estereótipos de incapacidade, gerando práticas excludentes na inclusão escolar. Em contraste, a comunidade surda constrói representações positivas, enfatizando identidade cultural e cidadania linguística, como demonstrado em estudos de caso que analisam auto-representações surdas (Menezes, Barros, 2022).

Quadro 2: Elementos centrais das representações sociais da surdez por grupo social

GRUPO SOCIAL	ELEMENTOS POSITIVOS	ELEMENTOS NEGATIVOS	ÂNCORAS PRINCIPAIS
Famíliares	Socialização; aceitação familiar	Sobrecarga; culpa; transtorno	Modelos médicos; reabilitação
Educadores	Inclusão escolar; respeito	Discriminação; frustração; insegurança	Oralismo residual; falta de Libras
Comunidade Surda	Identidade cultural; cidadania	Deficiência imposta; exclusão histórica	Libras; bilinguismo; resistência

Fonte: Elaboração própria 2026.

A persistência de representações deficitárias manifesta-se em discursos institucionais e midiáticos, que frequentemente reduzem a surdez a problema individual, desconsiderando o contexto linguístico-cultural. Jodelet (2005, p. 78), discípula de Moscovici, analisa esse fenômeno:

As representações sociais não são meras cópias da realidade objetiva, mas construções ativas que incorporam valores sociais e servem a funções adaptativas para os grupos. Elas estabilizam o mundo social ao hierarquizar diferenças, frequentemente patologizando o que foge à norma estabelecida, como ocorre com minorias linguísticas e culturais. (Jodelet, 2005, p. 78)

Essa perspectiva explica a resistência à educação bilíngue, ancorada em crenças de superioridade da língua oral.

No âmbito psicológico e educacional, as representações sociais impactam diretamente a autoimagem do surdo. Crianças surdas expostas a narrativas deficitárias internalizam sentimentos de inferioridade, enquanto aquelas imersas em contextos bilíngues desenvolvem identidade

positiva (Gianotto, *et al.*, 2025). A desconstrução dessas representações exige intervenções que promovam a visibilidade da cultura surda e a legitimidade da Libras como língua plena.

A análise das representações sociais da surdez revela, assim, um campo de tensões ideológicas onde se entrelaçam poder, linguagem e identidade. A superação do paradigma patológico demanda não apenas políticas públicas, mas transformação das práticas discursivas cotidianas que ancoram o surdo na marginalidade simbólica.

Perspectiva linguística e práticas discursivas

A perspectiva linguística aplicada à análise da surdez enfatiza a Libras como sistema linguístico pleno e autônomo, cuja modalidade visual-espacial redefine os processos de aquisição, produção e interpretação discursiva na comunidade surda. Essa abordagem desloca o foco da concepção patológica para a compreensão da surdez como fenômeno linguístico-cultural, no qual as práticas discursivas emergem como espaços de negociação de identidades e resistências simbólicas. A linguística, nesse contexto, fornece ferramentas analíticas para examinar como os discursos sociais constroem, perpetuam ou desafiam representações sobre o sujeito surdo, revelando as interseções entre gramática, ideologia e poder. (Gadelha; Pereira; Martins, 2022).

A gramática da Libras distingue-se fundamentalmente das línguas orais por sua organização simultânea e viso-espacial, envolvendo parâmetros como configuração de mão, localização, movimento, orientação e não-manuais (expressões faciais e corporais), que codificam valores semânticos e pragmáticos. Essa estrutura permite construções discursivas que exploram a espacialização de referentes, a simultaneidade gestual e a iconicidade motivada, recursos ausentes nas línguas lineares como o português. Bakhtin (1997, p. 298) oferece base teórica para essa análise ao conceber o discurso como fenômeno dialógico e polifônico:

O discurso nunca é unitário, mas dialogicamente orientado em todas as suas direções constitutivas. Ele é determinado por sua relação com o discurso do outro, que é antecipado em sua composição interna. Toda palavra é dirigida a alguém, responde a algo e antecipa respostas futuras. Essa orientação dialogal constitui o sentido mesmo da palavra viva, tornando-a historicamente concreta e ideologicamente carregada (Bakhtin, 1997, p. 298).

Essa dialogicidade manifesta-se nas práticas discursivas surdas, onde o sinalizador antecipa o receptor visual, estabelecendo turnos comunicativos baseados em contato ocular e proximidade espacial, princípios pragmáticos essenciais à coesão discursiva em Libras.

Nas práticas educacionais, a perspectiva linguística sustenta o modelo bilíngue sequencial, no qual a Libras atua como L1, consolidando competências cognitivas e identitárias antes da introdução do português escrito como L2. Essa abordagem reconhece as interferências interlinguísticas decorrentes das diferenças estruturais — como a ausência sistemática de artigos e flexões verbais na Libras, ou sua sintaxe tópico-comentário —, que frequentemente geram produções textuais em português marcadas por linearidade fragmentada e omissões conectivas. Estudos linguísticos aplicados demonstram que o letramento em português progride

significativamente quando mediado pela Libras, promovendo compreensão de gêneros textuais e funções sociais da escrita (Hollosi; Vieira, 2023).

A análise discursiva das interações em contextos bilíngues revela como professores surdos e intérpretes constroem mediações que transcendem a tradução literal, adaptando sentidos culturais e pragmáticos. Por exemplo, narrativas em Libras empregam classificadores para espacializar eventos dinâmicos, criando efeitos de sentido impossíveis em modalidades escritas, o que enriquece o repertório discursivo do surdo e fortalece sua agência simbólica. Orlandi (2007, p. 112), na tradição da análise de discurso francesa, problematiza essa dinâmica ao afirmar:

O silêncio não é ausência de linguagem, mas presença de outro modo de significar. Na surdez, o que se apresenta como falta de voz é, na verdade, uma outra voz — visual, gestual, corporal — que resiste à imposição do oral como norma universal. Essa resistência manifesta-se nos efeitos de sentido produzidos pelas práticas discursivas surdas, que desafiam as formações imaginárias do ouvinte e reconfiguram o campo do dizível sobre a diferença linguística (Orlandi, 2007, p. 112).

Como as práticas discursivas surdas operam como contradiscurso, desconstruindo hegemonias linguísticas.

No âmbito das representações sociais, a perspectiva linguística examina os discursos institucionais — como materiais pedagógicos e políticas educacionais — que ancoram a surdez em narrativas oralistas residuais. Textos normativos frequentemente empregam metáforas de “superação” e “adaptação”, silenciando a potência discursiva da Libras e reforçando hierarquias linguísticas. A análise pragmática revela polaridades discursivas: no exogrupo ouvinte, predomina a ancoragem em deficiência (“*o surdo precisa aprender a falar*”); no endogrupo surdo, emerge a afirmação cultural (“*somos uma comunidade linguística distinta*”). Essas oposições manifestam-se em gêneros como depoimentos e manifestos surdos, que utilizam recursos retóricos da Libras — como intensificação gestual e repetição espacial — para enfatizar agência e pertencimento.

As práticas discursivas cotidianas da comunidade surda, incluindo literatura sinalizada, teatro e poesia em Libras, exemplificam a criatividade linguística como forma de resistência identitária. Essas produções exploram a simultaneidade para representar temporalidades não lineares e perspectivas múltiplas, desafiando epistemologias auditivas centradas na sucessão temporal. A linguística aplicada contribui aqui ao mapear variações dialetais da Libras, que refletem diversidades regionais e reforçam identidades locais dentro da cultura surda nacional.

Em contextos digitais, as práticas discursivas expandem-se para vídeos em plataformas como YouTube e redes sociais, onde surdos produzem conteúdos ativistas que visibilizam a Libras e combatem estigmas. Essa hibridização midiática combina sinalização com legendas e elementos gráficos, ampliando o alcance discursivo e fomentando diálogos intergrupais. No entanto, algoritmos de acessibilidade frequentemente priorizam o oral, perpetuando assimetrias discursivas que a perspectiva linguística busca denunciar.

A interseção entre perspectiva linguística e práticas discursivas culmina na concepção do surdo como agente polifônico, cujas enunciações em Libras reconfiguram o tecido social da

comunicação. Essa visão promove educação bilíngue como prática transformadora, na qual o desenvolvimento linguístico em L1 sustenta não apenas o cognitivo, mas a constituição ética e política do sujeito surdo. Desse modo, a linguística aplicada transcende a descrição formal para intervir criticamente nas dinâmicas discursivas que moldam identidades e representações sociais.

Educação bilíngue e transformação das representações sociais

A educação bilíngue surge como estratégia privilegiada para a desconstrução das representações sociais deficitárias sobre a pessoa surda, posicionando a Libras como língua de instrução inicial e instrumento de empoderamento cultural. Esse modelo pedagógico reconhece a modalidade visual-espacial como via natural de acesso ao pensamento abstrato, à socialização e à construção identitária, rompendo com a lógica oralista que historicamente patologizou a surdez. A implementação efetiva do bilinguismo sequencial — Libras como L1 e português escrito como L2 — pressupõe não apenas capacitação docente, mas transformação das práticas discursivas institucionais que ancoram o surdo em narrativas de superação individual.

A legislação brasileira, por meio da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, estabelece o dever estatal de garantir educação bilíngue, reconhecendo a Libras como primeira língua cultural da pessoa surda. Tal arcabouço jurídico evidencia tensão entre representações sociais conflitantes: de um lado, o discurso legal que consagra a diferença linguística; de outro, práticas educacionais que persistem em priorizar a oralidade e a integração assimilacionista. Quadros (2010, p. 89) problematiza essa contradição ao afirmar:

A educação bilíngue de surdos não é simples metodologia pedagógica, mas ato político que reconhece a existência de uma comunidade linguística minoritária com direitos culturais específicos. Ensinar em Libras significa legitimar uma epistemologia visual que desafia os fundamentos do pensamento ouvinte centrado na sucessão temporal e na linearidade fonológica. Essa legitimação linguística transforma radicalmente as representações sociais, pois o surdo deixa de ser visto como deficiente comunicativo para ser reconhecido como falante pleno de uma língua complexa e criativa (Quadros, 2010, p. 89).

O caráter transformador da educação bilíngue, que opera simultaneamente nos planos linguístico, cognitivo e simbólico.

O impacto das práticas bilíngues sobre as representações sociais manifesta-se na reconfiguração das interações professor-aluno. Professores fluentes em Libras estabelecem contato visual direto e turnos comunicativos naturais, substituindo a mediação interpretativa por diálogo autêntico que valoriza a competência linguística do surdo. Essa mudança discursiva produz efeitos cascata: alunos surdos desenvolvem maior agência acadêmica, autoestima elevada e consciência crítica de sua condição sociocultural, internalizando representações positivas que desafiam estereótipos ouvintes.

No âmbito das famílias, a educação bilíngue exerce influência indireta sobre as representações parentais, particularmente quando estas participam de formações em Libras. Estudos longitudinais demonstram que pais que aprendem sinalização básica redefinem suas

concepções sobre a surdez, transitando da ansiedade por “normalização” para celebração da identidade cultural do filho. Tal movimento reflete o fenômeno da objetivação das representações sociais, no qual o contato prolongado com a prática linguística surda materializa a diferença como potência criativa, não como ausência.

A formação docente constitui gargalo crítico para efetivação dessa transformação representacional. Currículos de licenciatura em Libras devem transcender a mera transmissão técnica para incorporar análise crítica das representações sociais, capacitando futuros professores a identificar e desconstruir discursos patologizantes em materiais didáticos e práticas avaliativas. A Análise de Discurso Crítica oferece aqui instrumental metodológico poderoso, permitindo examinar como livros didáticos e diretrizes curriculares reproduzem hierarquias linguísticas que marginalizam a Libras.

A avaliação de práticas bilíngues revela também desafios específicos às representações sociais regionais. Em contextos em que dialetos da Libras apresentam variações significativas, a padronização excessiva pode gerar novas exclusões simbólicas, reforçando representações de “surdo periférico” versus “surdo modelo”. A valorização da variação dialetal emerge, assim, como princípio pedagógico que amplia a legitimidade representacional, reconhecendo a pluralidade linguística como riqueza cultural.

A articulação entre educação bilíngue e políticas linguísticas culturais potencializa a transformação das representações sociais em escala societal. Teatros, literaturas e mídias em Libras, quando integrados ao currículo escolar, visibilizam a potência expressiva da língua de sinais, desafiando preconceitos arraigados. Essa exposição prolongada opera mudança cognitiva nos ouvintes, ancorando novas representações que concebem o surdo como produtor cultural legítimo, não como receptor passivo de assistência.

A materialidade das salas de aula bilíngues — disposição circular dos alunos para facilitar o contato visual, uso predominante da sinalização, paredes decoradas com literatura surda — constitui-se como dispositivo contra-discurso que contesta espacialidades arquitetônicas projetadas para o oral. Tal reconfiguração ambiental reforça, no nível inconsciente, representações de competência comunicativa surda, dissolvendo gradualmente a associação entre silêncio auditivo e incapacidade simbólica.

A perspectiva bakhtiniana do gênero discursivo oferece chave analítica para compreender essa dinâmica transformacional. A educação bilíngue cria condições para emergência de gêneros híbridos que articulam oralidade visual, escrita e cultura surda, ampliando o espectro do dizível sobre a surdez. Narrativas autobiográficas em Libras, debates sinalizados e produção textual bilíngue funcionam como práticas enunciativas que redefinem o sujeito surdo como autor de sua própria representação social.

A superação das representações deficitárias exige, portanto, compromisso político-pedagógico com educação bilíngue de qualidade, que contemple formação docente contínua, materiais didáticos culturalmente relevantes e avaliação centrada nas competências linguísticas

reais do surdo. Tal compromisso não se limita à esfera escolar, mas projeta-se como vetor de transformação das práticas sociais mais amplas, promovendo sociedade plurilíngue que reconhece a Libras como patrimônio cultural nacional.

Conclusão

A análise das representações sociais da pessoa surda sob a perspectiva linguística revela a intrincada tessitura entre língua, cultura e identidade, evidenciando que a surdez transcende sua definição patológica para constituir-se como fenômeno sociocultural pleno de potência simbólica. A Libras emerge não apenas como sistema linguístico autônomo, mas como fundamento ontológico da comunidade surda, estruturando práticas discursivas, valores compartilhados e modos de resistência frente às narrativas hegemônicas do mundo ouvinte. As oscilações históricas entre paradigmas oralista e sociocultural, bem como as tensões persistentes nas práticas educacionais, demonstram que as representações sociais funcionam como dispositivos ideológicos que legitimam ou contestam hierarquias linguísticas e culturais.

A educação bilíngue constitui-se como vetor privilegiado de transformação dessas representações, ao posicionar a Libras como língua de instrução inicial e instrumento de empoderamento cognitivo e identitário. Tal abordagem pedagógica não se limita à transmissão de conteúdos, mas opera mudança discursiva profunda, reconfigurando interações professor-aluno, concepções familiares e discursos institucionais. Ao legitimar a epistemologia visual-espacial da Libras, o modelo bilíngue desafia a ancoragem deficitária da surdez, promovendo representações que concebem o surdo como agente linguístico competente e produtor cultural legítimo.

A perspectiva linguística aplicada, articulada à análise discursiva, oferece instrumental crítico para desconstruir práticas que silenciam a agência surda, revelando como textos normativos, materiais didáticos e interações cotidianas reproduzem assimetrias simbólicas. A valorização das especificidades gramaticais da Libras — simultaneidade gestual, espacialização referencial, expressividade não-manual — amplia o espectro do pensável sobre a diferença, transformando o surdo de objeto de intervenção em sujeito enunciativo polifônico. Essa reorientação teórico-prática sustenta a necessidade de políticas linguísticas que reconheçam a pluralidade dialetal da Libras e promovam sua visibilidade em esferas midiáticas, artísticas e acadêmicas.

Torna-se imperativa, portanto, a superação do resquício oralista que ancora representações excludentes, por meio de formação docente contínua em linguística aplicada, produção de materiais pedagógicos culturalmente pertinentes e avaliação centrada nas competências reais da pessoa surda. A efetivação da educação bilíngue demanda compromisso ético-político com a desconstrução de hierarquias linguísticas, reconhecendo a Libras como patrimônio imaterial que enriquece o mosaico cultural brasileiro. Assim, a transformação das representações sociais não configura mero objetivo acadêmico, mas imperativo ético para construção de sociedade plurilíngue que celebre a diversidade como princípio constitutivo de sua identidade coletiva.

A trajetória analítica empreendida corrobora que língua e identidade surda entrelaçam-se em práticas discursivas que tanto refletem quanto reconfiguram o tecido social. Bakhtin (1997, p. 312) sintetiza essa dinâmica ao afirmar que “a palavra vive na boca, no ar, no olhar do outro; ela responde ao outro e antecipa sua resposta”, princípio que ilumina a potência dialogal da Libras nas interações surdas-ouvintes. Quadros e Perlin (2006, p. 145) complementam essa visão ao enfatizar:

A língua de sinais não é ponte para o mundo ouvinte, mas território soberano onde se desenvolve a cidadania cultural do surdo. É por meio dela que se constrói não apenas comunicação, mas consciência histórica, crítica social e projeto ético de nação plurilíngue. Sem Libras plena e precoce, não há identidade surda plena; sem identidade surda plena, não há democracia linguística plena (Quadros; Perlin, 2006, p. 145).

Tal posicionamento reafirma a centralidade da perspectiva linguística na superação de representações excludentes, projetando horizontes de inclusão que respeitem a dignidade cultural da pessoa surda.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GADELHA, Fabiana de Oliveira; PEREIRA, Sarmânia Zarles Santos; MARTINS, Viviane Lima. Aspectos linguísticos da Libras e desafios dos surdos na aquisição da língua escrita. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 44, 29 de novembro de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/44/aspectos-linguisticos-da-libras-e-desafios-dos-surdos-na-aquisicao-da-lingua-escrita>. Acesso em: 7 mar. 2026.

GIANOTTO, Adriano de Oliveira; ROCHA, Gleison Fabian; BEZERRA, Giovana Cristina de Campos; ALMEIDA, Marcos Paulo de; SILVA, Suelenne Souza da; GOEBEL, Angelisa; ROMEU, Marceli Lucia Pavaglio; ROMEU, Daniel Lopes; SILVA, Taynan Alécio da. A pessoa surda como sujeito de direitos: representações sociais e educação especial. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e1272, 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i4.1272. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1272>. Acesso em: 7 mar. 2026.

GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo; SILVA, Joilson Pereira da. Representação social sobre a surdez: uma revisão integrativa. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 67–89, 2022. DOI: 10.23925/2594-3871.2022v31i1p67-89. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/>

psicorevista/article/view/52685. Acesso em: 7 mar. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOLLOSI, Marcio.; VIEIRA, Claudia Regina. ensino da língua brasileira de sinais (Libras) sob a ótica de um professor surdo e de uma professora ouvinte. **Psicologia da Educação**, n. 54, p. 90–95, 15 mar. 2023.

JODELET, Denise. **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Educam, 2005.

MENEZES, Tayana Dias de; BARROS, Kazue Saito Monteiro de. A representação social sobre o surdo: um estudo de caso. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 11, n. 3, p. 405–427, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.8174671. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/882>. Acesso em: 7 mar. 2026.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação bilíngue para surdos: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

QUADROS, Ronice Muller de; PERLIN, Gleide. **Identities surdas: cultura, educação e língua de sinais**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.